



Os desafios à efetivação dos serviços de convivência nos territórios de CRAS: criança, adolescente, jovem e idoso

Belém, abril de 2011



Concepção e alinhamento à Tipificação

- **Dificuldade de compreender e trabalhar na nova lógica (não fragmentada, de sistema e não de programas)**
 - Encaminhamento do usuário pelo PAIF - complementam o trabalho social com famílias e destinam-se aos membros das famílias em situação de maior vulnerabilidade social
 - Articulação com PAIF (função do técnico de referência do CRAS)
 - Serviços são respostas às necessidades identificadas no território (diagnóstico socioterritorial)
 - Referenciamento ao CRAS
- Obs: os fluxos de encaminhamento supõem PAIF fazendo busca ativa e identificando situações de vulnerabilidade dos membros mais vulneráveis das famílias
- Relação com Vigilância Social – acesso a informações estratégicas para chegar ao público que mais necessita (Protocolo)
 - Fluxos com PSE (referenciamento do usuário)



Concepção e alinhamento à Tipificação

- **Desafio de transformar atividades isoladas em percurso com objetivos claros**
- Orientações técnicas (não são currículos) que disponham sobre metodologia de trabalho – apoiadas na nova concepção - são demanda dos municípios (“como fazer”, o passo a passo do serviço). Compromisso do MDS, mas é salutar que os municípios e estados elaborem orientações.
- Difusão, discussão e assimilação criativa do Traçado Metodológico do PJA.
- Enfatização, radical, da importância da participação dos jovens e do protagonismo juvenil.
- Orientação metodológica para todos os serviços – nos municípios e equipes estaduais.



Condições para oferta

- Nos territórios vulneráveis (acesso) – dificuldade de dispor de espaços físicos nestes territórios e risco de se ofertar TUDO no CRAS
- Lógica de programa e otimização da oferta adequada (Estrutura física; RH) – o que exige planejamento. Ex: CCI, CJ, CCA.
- Estrutura física: maior problema é acessibilidade – condição para inclusão da pessoa com deficiência e idoso.
- RH: precarização de vínculos/rotatividade, a seleção não meritória e a falta de uma ação contundente de capacitação/formação.
- Supervisão aos serviços ofertados por entidades não governamentais – qualidade é importante.
- Dificuldade para aquisição de materiais (burocracia) – planejamento necessário
- Devem garantir participação dos usuários – qualidade dos serviços
- Acesso a ofertas de outros setores, de forma articulada (ex: inclusão digital)
- Gestão do Serviço para fins do SUAS
- Exercício efetivo do controle social (Se entidade – registro no Conselho de Assistência Social)



Papel dos Estados

- Estruturação das equipes estaduais para acompanhamento e apoio aos municípios
- Gestão da informação para exercer sua função
- Apoio técnico e financeiro à qualificação dos serviços
- Capacitação (conteúdos, gestão, organização dos serviços, controle social)
- Articulação intersetorial



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Assistência Social

protecaosocialbasica@mds.gov.br

